


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003620-32.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Duplicata**
 Requerente: **Concreband Tecnologia em Concretos Ltda.**
 Requerido: **Ruan Gullit Hungaro**
 Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

CONCREBAND TECNOLOGIA EM CONCRETOS LTDA propõe ação monitória contra **RUAN GULLIT HÚNGARO**.

Alega, em síntese, que o réu a contratou para o fornecimento de diversas remessas de concreto, dando origem às duplicatas nº 0031512-A e 0031512-B, as quais não foram pagas. Ambos os títulos tinham o valor de R\$ 4.140,00 (cada), e foram protestados. Requer a parte autora o pagamento integral do débito atualizado de R\$ 12.553,11 ou nomeação de bens à penhora, bem como caso não sejam apresentados embargos no prazo, a constituição do título executivo judicial em mandado executivo.

A inicial veio instruída dos documentos de fls.17/27.

O réu foi citado (fl. 51).

Prazo para pagamento e/ou embargos monitórios transcorrido em branco.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

Passo ao julgamento antecipado do feito, eis que não se verifica a necessidade de produção de outras provas.

Os documentos anexadas aos autos do processo (fls. 18/27) comprovam a existência do débito neles mencionado. Há, portanto, em desfavor do requerido, uma dívida líquida, certa e exigível, no valor indicado nos documentos.

Ademais, não tendo havido interposição de embargos, é de ser aplicada a regra prevista no art. 1.102-C do CPC, assim redigido, em sua segunda parte: "*Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do Livro I, Título VIII, Capítulo X, desta lei*".

A procedência será parcial, porém, não se podendo adotar os cálculos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

planilhados por envolverem encargos acima dos devidos.

Assim, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial para constituir, de pleno direito, os títulos executivos judiciais, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo e prosseguindo-se na forma do artigo 475-J, do CPC.

O valor de cada título será acrescido de correção monetária (desde a distribuição) e juros de mora de 1% ao mês (desde a citação), custas e despesas processuais.

O requerido arcará, ainda, com o pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos do art. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente

Caso não haja pagamento, o exequente indicará bens do executado aptos à penhora (no prazo de 10 dias) e expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação, sendo que a intimação se fará nos termos do § 1º, do art. 475-J, do CPC.

Ocorrendo o depósito do valor do débito exequendo sem que o executado ressalve seu direito ao exercício da impugnação, expedir-se-á mandado de levantamento para o exequente, expedição essa que ocorrerá no 5º dia útil após a intimação do exequente a respeito desse pagamento.

Deixando de ser feito o requerimento supra, suspendo o processo por prazo indeterminado.

PRIC

São Carlos, 12 de novembro de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA